



Grupo de Trabalho Mídia e PPCAAM: os Desafios na Proteção Integral de Crianças e Adolescentes¹

Rômulo Magalhães FERNANDES²
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas).

Eduardo Salatiel LOPES³
Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), Minas Gerais.

Igor Ribeiro Sá MARTINS⁴
Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).

RESUMO

O Estado brasileiro, em parceria com a sociedade civil, tem desenvolvido um conjunto de políticas públicas de combate a letalidade infanto-juvenil no país, dentre as quais, destaca-se o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Nesse contexto, o presente texto tem como objetivo relatar as experiências do PPCAAM, em particular, àquelas elaboradas pelo Grupo de Trabalho sobre Mídia e PPCAAM que consideram o uso dos meios de comunicação por crianças e adolescentes em proteção no Brasil. A partir de um ensaio teórico-empírico, este texto aborda as discussões do Grupo de Trabalho sobre Mídia e PPCAAM quanto às metodologias de uso consciente e seguro das redes sociais por crianças e adolescentes incluídos neste programa, desenvolvidas, inicialmente, por educadores sociais da equipe interdisciplinar do estado de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças e Adolescentes; Educação; PPCAAM; Redes Sociais.

INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), produzido a partir da análise dos dados de 2012, estima-se que mais de 42 mil adolescentes, de 12 a 18 anos, poderão ser vítimas de homicídio nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes entre os anos de 2013 e 2019 (UNICEF, 2014, p. 22). Desses jovens, os negros e moradores do nordeste serão as principais vítimas.

A letalidade infanto-juvenil é uma grave forma de violência que possui diferentes dimensões e, dessa forma, necessita de ações articuladas para a formulação de políticas

¹ Trabalho apresentado em Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Autor; Estudante de pós-graduação do Programa Stricto Sensu de Direito Público da PUC/MINAS; Advogado do PPCAAM/MG; e-mail: romulopn@yahoo.com.br.

³ Co-autor; Estudante de pós-graduação *Latu Sensu* em Direitos Humanos do ISTA/IDH; Filósofo e Educador do PPCAAM/MG; e-mail: eduardo.salatiel@gmail.com.

⁴ Co-autor; Estudante de graduando em Pedagogia da UEMG; Educador do PPCAAM/MG; e-mail: igoribeiroa@yahoo.com.br.



públicas que sejam eficazes no seu enfrentamento. Entre essas políticas, destaca-se o papel do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

O PPCAAM, criado em 2003 pelo governo federal e reproduzido em treze⁵ Unidades da Federação, é uma das estratégias do Estado brasileiro para a reversão do quadro de assassinatos de crianças e adolescentes no país. Trata-se de uma proteção integral, que reflete, inclusive, questões relacionadas ao direito à comunicação e a qualidade das informações veiculadas na mídia sobre crianças e adolescentes.

Em novembro de 2011, no Encontro Nacional do PPCAAM em Porto Alegre/RS, a Coordenação Geral do programa e os representantes das equipes locais decidiram pela articulação de um Grupo de Trabalho específico, com o objetivo geral de contribuir na formulação de procedimentos sobre a relação entre proteção e os meios de comunicação, considerando os aspectos da comunicação, da divulgação e da segurança.

A metodologia do PPCAAM, sintetizada em seu Guia de Procedimentos, aborda o tema da comunicação apenas de maneira breve (BRASIL, 2010, pp. 66-89). Contudo, com o avanço tecnológico na área da informação, o PPCAAM precisa aperfeiçoar a sua metodologia no que se refere à relação entre proteção e comunicação, em particular, sobre os instrumentos da internet com os quais os adolescentes estão desde muito cedo familiarizados. Questiona-se, por exemplo, como garantir o exercício do direito à comunicação por crianças e adolescentes em proteção, sem desconsiderar os impactos na segurança desses protegidos?

A busca por resposta a tal indagação tem motivado o Grupo de Trabalho de Mídia e PPCAAM e as equipes locais do programa a pensarem novos procedimentos e o papel das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – NTIC, sendo possível, assim, apontar orientações e boas práticas que garantam o direito à comunicação e a não exposição daqueles que estão inseridos no contexto de proteção.

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Um dos grandes desafios da equipe do PPCAAM, em contato com as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), é de apresentar o universo de possibilidades dessas ferramentas para os protegidos, sem perder de vista os procedimentos de segurança e sigilo típicos da proteção.

⁵ Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Distrito Federal, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Alagoas, Pará, Espírito Santo e Amazonas.



Nesse sentido, o Grupo de Trabalho Mídia e PPCAAM tem sistematizado boas práticas desenvolvidas no Brasil sobre o uso das mídias sociais por crianças e adolescentes, com o objetivo de socializar e ampliar as discussões sobre o tema. Exemplo disso, em Minas Gerais, ainda de maneira incipiente, a equipe do PPCAAM local tem se ousado a construir espaços de intervenção técnica no campo da Educação Social associados ao uso das redes sociais pelos protegidos incluídos no programa.

Na prática de trabalho do PPCAAM/MG, a Educação Social, entre as atribuições da intervenção interdisciplinar da equipe, é compreendida na esfera da Educação Não Formal. Esta não se restringe aos processos educativos que têm lugar no ambiente escolar (Educação Formal) e possui, como principal atributo, a intencionalidade do processo instaurado pelo educador (GOHN, 2010, p. 16).

A experiência do estado de Minas Gerais, em linhas gerais, foi estruturada numa metodologia de cinco ou mais “encontros” com os protegidos pelo PPCAAM/MG, dividida em cinco eixos-centrais: 1) leitura do mundo; 2) problematização; 3) plano de ação; 4) execução da ação; 5) avaliação. Trata-se de uma adaptação da metodologia proposta pela Consultoria em Inclusão digital no Pró-menino (CDI, 2007, p. 35), que passa a agregar os procedimentos específicos do PPCAAM no uso da internet e suas ferramentas.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Para exemplificar a utilização dessa metodologia no trabalho do PPCAAM/MG, cita-se o caso de Beatriz⁶, adolescente de 15 anos, incluída de janeiro a outubro de 2014 neste programa. Desde o primeiro encontro de Beatriz com a equipe do PPCAAM/MG, esta já se queixava das regras de segurança que, em certa medida, limitavam a sua navegação na internet e a troca de mensagens via redes sociais. De fato, diante da gravidade da ameaça de Beatriz, que sofrera duas tentativas de homicídio, a exposição nos meios de comunicação merecia cautela tanto por parte da equipe do PPCAAM/MG quanto pela própria protegida.

Após o estudo de caso de Betraiz pela equipe do PPCAAM/MG, formada por profissionais de diferentes áreas (direito, serviço social, psicologia e educação social), decidiu-se pelo acompanhamento do educador social e o desenvolvimento de uma

⁶Protegida identificada com nome fictício, com o objetivo de preservar sua identidade.

metodologia específica sobre o tema. Em cinco encontros, o educador social e Beatriz conversaram e desenvolveram um cronograma de ações sobre o uso da internet.

No primeiro encontro, Beatriz foi provocada a falar sobre a sua leitura de mundo, onde pode apresentar seu ponto de vista, desejos e percepções sobre o uso da internet e a situação de proteção em que estava inserida. Da roda de conversa, marcada pelo diálogo entre educador social e protegida, foi possível conhecer melhor os problemas na relação entre o sigilo e o acesso às redes sociais. Esse tipo de intervenção deve ser sistematizada e analisada com atenção pelo educador social, pois a própria adolescente aponta as questões a serem enfrentadas futuramente.

No segundo encontro, o educador social, baseado nas reflexões do encontro anterior e do estudo de caso em equipe, levantou um conjunto de problematizações com o objetivo de aprofundar sobre o maior número de possibilidades e riscos na relação entre proteção e os meios de comunicação. Num primeiro momento foram usadas perguntas geradoras amplas, como “o que motivou o nosso encontro?” ou “o que você deseja alcançar?”, sendo posteriormente feitas questões mais específicas: “as redes sociais podem aproximar as pessoas?”, “podem afastá-las?”, “o que se procura nas redes sociais?”, “quais informações seus amigos procuram?”, etc.. Essas perguntas, que nem sempre devem ser respondidas de forma imediata, serviram para que a adolescente participasse ativamente no processo de intervenção da educação social (SAYAD, 2011, p. 105).

No terceiro encontro, o educador social e a protegida construíram um plano de ação. A adolescente participou na definição de todos os objetivos e encaminhamentos do plano. No caso em tela, tendo em vista as preferências de Beatriz, foi decidido pela construção conjunta de um novo perfil no Facebook, bem como das estratégias que viabilizassem o seu uso de forma segura.

O quarto “encontro” aconteceu de forma diferente. O educador do PPCAAM/MG, em diálogo com Beatriz, acompanhou a execução da ação utilizando a troca de mensagens via Facebook. De maneira informal, mas sem perder a intencionalidade da ação, o educador social instigou Beatriz sobre uma nova forma de encarar as redes sociais, agora, de uma maneira segura. Outra intervenção nessa etapa foi o de ampliar o repertório cultural e a rede de relacionamentos de Beatriz. Para tanto, a criatividade do educador social e a curiosidade da adolescente foram cruciais. Ao educador social, ciente dos interesses de Beatriz desde o



primeiro encontro, coube estimular o uso da internet com ferramentas diferentes das redes sociais, como programas, sites educativos, vídeos, etc.

Por fim, no quinto e último encontro, Beatriz e o educador social realizaram uma avaliação sobre a metodologia utilizada. A adolescente apresentou uma visão sobre as possibilidades do ambiente virtual e uma adesão mais consciente quanto à metodologia do programa de proteção. Ademais, Beatriz sinalizou outros passos para o futuro, como o uso da internet para procura de estágios, cursos online, cadastro na prefeitura no serviço de meia passagem estudantil, etc..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da experiência do PPCAAM do estado de Minas Gerais, o Grupo de Trabalho Mídia e PPCAAM busca estimular outras equipes do programa em todo país para o desenvolvimento de novas metodologias comprometidas com a proteção integral de crianças e adolescentes. A metodologia proposta pela equipe do PPCAAM/MG trata-se tão-somente de um exemplo, uma sugestão, em que o uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) pode ser encarado na perspectiva de suas potencialidades e do exercício pleno de direito humano à comunicação pelos seus protegidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte: PPCAAM**. Organização: Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas e Márcia Ustra Soares. Brasília, Presidência da República, 2010.

CDI – Consuloria em Inclusão Digital para Democratização da Informática. **Inclusão digital na medida**. São Paulo: Makrocolor, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAYAD, Alexandre Le Voci. **Idade Mídia: a comunicação reinventada na escola**. São Paulo: Aleph, 2011.

UNICEF. **Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens**. 2. ed. Rio de Janeiro: Observatório de Faves, 2014.